

# A Iluminação Urbana e Ambiental

## Como instrumento de valorização das cidades históricas

Por Maria João Pinto Coelho

**E**stamos sendo hoje confrontados com o valor da imagem produzida pela mídia como produto cênico em oposição ao sentido do termo patrimônio, originalmente ligado à idéia de transmissão legal de pais para filhos<sup>1</sup>. A necessidade de recuperar estes valores levou a sucessivas tentativas de definir o que pode ser transmissível às gerações seguintes como símbolo de identidade cultural. Embora visando à valorização e salvaguarda do patrimônio histórico, estas teorias foram lentas em sua formulação e se mostraram incapazes de atender às expectativas da realidade cultural.

Em três momentos o conceito de valorização do patrimônio histórico-artístico sofreu notória evolução: com a *Carta de Atenas* (1931), com a *Carta de Veneza* (1964) e com a *Carta das Cidades Históricas* (1987). A Carta de Atenas lançou os primeiros princípios da conservação e restauro dos monumentos, embora ignorando a escala urbana. A Carta de Veneza antecedeu a explosão demográfica, o desenvolvimento das cidades industriais e a conseqüente degradação dos centros históricos, rompendo com o conceito do monumento como objeto individual. Finalmente, a Carta Internacional das Cidades Históricas e



Foto: Divulgação Schréder

Áreas Urbanas adotada pela 8ª Assembléia Geral da ICOMOS em Washington em 1987, articulou as cidades com os monumentos históricos e os valores a proteger, ratificando a Carta de Veneza: uma cidade deverá evoluir no tempo e no espaço a fim de salvaguardar equilíbrios e harmonias materiais e espirituais. Este documento associa a proteção das cidades e monumentos históricos às políticas econômicas e sociais de desenvolvimento às diferentes instâncias de planejamento (nacional, regional e local). Sugere que o espaço urbano é veículo que, ao transportar e conter um conjunto animado de referências e histórias, demonstra sua capacidade de assimilar e articular o tempo no espaço.

Cada vez mais se reconhece que “a cultura patrimonial” não está no edifício singular nem no conjunto edificado, mas na relação constante entre o tipo de espaço público e a tipologia edificada<sup>2</sup>. Edificar é definir o espaço e um espaço qualificado define um lugar de relações axiais<sup>3</sup>.

Mas por ignorância ou preconceito, têm ocorrido intervenções isoladas que desconhecem o sentido do espaço urbano, a sua história e os seus mitos. Assim que as primeiras luzes a inundam, a cidade, como que por magia, assume inesperadamente novas formas: a unidade perde-se, as relações espaciais confundem-se e a hierarquia visual inverte-se. Estamos, então, perante uma nova realidade em que a iluminação desempenha um papel determinante na recriação do espaço urbano como conjunto de relações interesaciais só perceptíveis quando traduzidas visualmente. A crescente descaracterização e a fragmentação visual da imagem das cidades históricas obrigam também a iluminação a restabelecer o sentido da unidade, que não pode ser alcançado por intervenções dispersas.

Curiosamente, embora o gosto por projetos de iluminação se tenha conquistado com o crescente interesse pela conservação e valorização do patrimônio edificado, a filosofia subjacente à valorização da imagem do monumento no contexto urbano não tem acompanhado a própria evolução do conceito de bem patrimonial.



Foto: Thomas Pflaum / Castrop Rauwel – Divulgação Erco

Tal como os projetos de iluminação do Teatro Michell, St. George's Mansions, da Ponte de Glasgow, da Pirâmide do Louvre, da Torre Eiffel e do Arco do Triunfo em Paris, da Basílica de S. Marcos, do Campanário e da Igreja de Stª Maria della Salute em Veneza ou ainda do Coliseu e das célebres fontes de Roma, estas intervenções podem ser apenas consideradas operações de elevado *charme* visual em que os marcos patrimoniais são alvo de intervenções individualizadas, ainda que de caráter monumental, para a valorização pontual da imagem noturna da cidade<sup>4</sup>.

Assim, cada uma das intervenções mencionadas está apenas associada ao monumento e à sua glória<sup>5</sup> não salvaguardando, portanto, a relação estética e espacial dos objetos iluminados com o próprio contexto urbano ou mesmo entre cada um dos monumentos ou objetos de arte expostos no tecido urbano de uma mesma cidade. Diríamos que é através da Iluminação Urbana e Ambiental<sup>6</sup> que se torna possível desenvolver uma filosofia de aproximação à iluminação dos conjuntos históricos, com a definição de toda uma estratégia de intervenção que possa refletir as hierarquias urbanas distinguindo as relações axiais que as definem e as funções que as qualificam, tal como já tivemos oportunidade de afirmar: *After having gained a comprehensive understanding of the role of each of those elements identified and seen by day we are able to understand the visual hierarchy of the city and the relationship between its major elements as a clue to translating our intentions into an appropriate lighting design programme for the lighting of our cities by night.*<sup>7</sup>

Museu do Louvre, Paris: o processo de transformação das cidades leva-nos a procurar um sentido interdisciplinar nas políticas de conservação e reabilitação urbana, onde a iluminação passa a ter papel decisivo na leitura das necessidades de salvaguardar o espírito do lugar.

2. Portas, Nuno, em Conferência da Sociedade para a Preservação do Património Construído, Padrão dos Descobertas, Lisboa, 1996. / 3. Pinto-Coelho, Maria João, “A importância da iluminação urbana na imagem da cidade: opções axiais e configuração urbana”, tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1996. /

4. Podemos falar igualmente do caso da cidade de Lisboa onde as obras arquitetónicas monumentais são ciclicamente alvo de valorização da sua imagem, registando-se, ao longo do tempo, novas “imagens” consoante as soluções de iluminação encontradas, como forma de valorização da espaço histórico da cidade. Veja-se, por exemplo, a nova iluminação do Mosteiro dos Jerónimos. 5. *Trouvant l'épaisseur de la nuit, le monument, telle apparition d'une divinité en gloire, semble rayonner l'éternité. La lumière artificielle fait à l'ombre une part royale, pour en délivrer des figures sans rides, des formes perçues, des topographies inconnues.*, L'allégorie du patrimoine, p. 166. / 6. Este conceito de iluminação por nós criado pretende incluir todos os aspectos funcionais + emocionais que a luz artificial pode exprimir, exaltar ou sugerir. É uma operação ao nível do espaço urbano que oferece, atribui e interpreta o *status* do sítio integrando e envolvendo todos os elementos geradores do espaço urbano a participar na imagem final. / 7. Pinto-Coelho, Maria João, *Stepping out of Darkness. A Coordinated Approach to Lighting our Cities After Dark*, Msc Light & Lighting, Bartlett School of Architecture, UCL, p.19. /



Foto: Divulgação Schreider

Arco do Triunfo, Paris: exemplo de uma operação de elevado charme visual, em que os marcos patrimoniais são alvo de intervenções individualizadas, ainda que de caráter monumental, para a valorização pontual da imagem noturna da cidade.

No entanto, se a valorização das cidades históricas só pode ser verdadeiramente encarada quando consideramos o espaço urbano como um *master visual piece*, produto de uma intervenção global e integrada, também a iluminação deverá ser construída de acordo com esse potencial urbano traduzido pelas relações axiais do sistema que geram um constante e conseqüente exercício de requintadas oportunidades de experiências urbanas possíveis quando traduzidas e interpretadas no quadro noturno. É este o modelo que defendemos através de uma ação conjunta e articulada com os planos de preservação para as cidades históricas e com outros instrumentos de planejamento reconhecidos como veículos de ordenamento espacial (e visual).

Em Portugal os primeiros passos dados para a definição de uma estratégia global de intervenção na área do design de iluminação foram desencadeados no Centro Histórico de Évora (UNESCO 1983) com o Programa de Iluminação Urbana e Ambiental<sup>8</sup>, mais tarde também desenvolvido para o Centro Histórico de Sintra (UNESCO 1995).

Os programas pretendem conciliar todos os parâmetros de intervenção na percepção e estrutura do sistema urbano com o objetivo de criar uma antecipação visual de unidade urbana. Assim, na seqüência da análise e identificação urbana, efetuada a partir do objeto edificado e na relação interespaçial do mesmo com o sistema urbano, foram definidos estados distintos de intervenção que se afirmam quanto às suas particularidades urbanas e ambientais (historicidade).

Estes estados de intervenção não só refletem o desenvolvimento urbano do sistema axial, como confirmam a importância de cada nível na percepção das relações axiais patentes no tecido urbano. Esta dimensão urbana é, pois, traduzida, clarificada e reforçada pela própria iluminação, sendo ainda

possível visualmente repor equilíbrios perdidos devidos à criação de subsistemas não articulados com o sentido do sistema axial primário.

Assim, o Programa de Iluminação Urbana e Ambiental estabelece um conjunto de linhas de orientação que viabiliza a criação de um sistema visual urbano, criando, assim, uma nova oportunidade de vivência urbana e, portanto, de ordem espacial que complementarà o entendimento e a percepção da evolução urbana deste tecido histórico.

O próprio processo de transformação urbana leva-nos a procurar um sentido interdisciplinar nas políticas de conservação e reabilitação urbana, onde a iluminação, até agora nunca considerada como instrumento modelador do espaço urbano, tem um papel decisivo na leitura das necessidades de salvaguardar o espírito do lugar.

Urge, pois, repor o sentido e o significado das cidades históricas no seu mais amplo quadro de referência histórico-urbana dentro de uma lógica funcional que potencialize o imaginário coletivo. Pela primeira vez, a Organização das Cidades Patrimônio Mundial (OCPM) que representa cerca de 56 cidades classificadas Patrimônio Mundial, no seu 8º Simpósio Mundial, na cidade de Cuzco, Peru, reconheceu a importância de considerar este nível de especialidade na estratégia de conservação das cidades históricas. Neste momento, outros centros históricos já recorrem a este instrumento de modelação de espaços e relações visuais. O Plano Maestro da Cidade de San Luis Potosí, México, é um deles. ■

*Prof. Arq<sup>ta</sup> Maria João Pinto Coelho é Membro Profissional da IALD. Licenciada pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa em 1985. Desenvolve projetos luminotécnicos para monumentos classificados Patrimônio Mundial, entre os quais, Mosteiro dos Jerônimos, Mosteiro de Alcobaça e Templo Romano de Évora. Desenvolve Programas de Iluminação Urbana e Ambiental para o Centro Histórico de Évora, Sintra e outros. Criou a lightmotif.arquitectura, a primeira empresa especializada em iluminação de monumentos, em Portugal. Autora do livro Luz & Sombra. Leciona na Bartlett of Architecture/University College of London, Master of Sciences Light & Lighting. Realiza os primeiros cursos de formação em Iluminação para profissionais independentes (arquitetos, paisagistas, engenheiros) e autarquias em Portugal.*

*A bibliografia relativa a esta matéria pode ser encontrada em <http://www.lumearquitetura.com.br/artigomariajoao/bibliografiaespecializada.doc>*

Maria João Pinto Coelho.



Foto: Divulgação